



Homologada

No último dia 24 de agosto, em Plenária do Conselho Federal de Contabilidade, foi homologada a Resolução CFC nº. 1.100/07, que aprova a NBC P 1.6 – Sigilo (Normas Profissionais de Auditor Independente).

Nas disposições gerais a norma estabelece as diretrizes a serem empregadas pelo Auditor Independente sobre questões de sigilo profissional nos trabalhos de auditoria. E, entende-se por sigilo, para os efeitos desta norma, a obrigatoriedade do Auditor Independente não revelar, em nenhuma hipótese, salvo as contempladas na Resolução, as informações que obteve e tem conhecimento em função de seu trabalho na entidade auditada.

Alteração

As Resoluções CFC 1097/07 e 1098/07 alteram as Resoluções CFC 867/99 e 868/99, que tratam, respectivamente, de Registro Profissional e Registro Cadastral.

Medida Provisória nº 392, de 18.09.2007

Revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.

Comissão de reforma da nova sede

A Portaria CRC-ES nº 015/2007 cria a comissão de reforma da nova sede, que tem na composição os seguintes conselheiros: Antonio Célia (coordenador), Thereza Luzia Nader e José Maria Hupp.

ATUALIZAÇÃO LEGAL

1. Governo Federal

- Ato Declaratório Interpretativo 15 RFB de 26/09/2007 – Pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo para o PIS/COFINS, podem descontar créditos nas aquisições de bens e serviços das empresas optantes do simples Nacional.
- Solução de Consulta 3 COSIT de 18/09/2007 – Esclarece que receitas de hotéis não provenientes de diárias, sujeitam-se ao regime não cumulativo para a contribuição do PIS/COFINS.
- Solução de Divergência 8 COSIT de 24/07/2007 – As contribuições retidas a maior por órgãos federais, não podem ser ressarcidas ou compensadas com outros tributos.
- Instrução Normativa 771 RFB de 23/08/2007 – Define as regras para declaração de isento que deverá ser entregue até o dia 30/11/2007.
- Instrução Normativa 774 RFB de 29/08/2007 – RFB altera normas e procedimentos aplicáveis à atividade de construção civil.
- Solução de Consulta 137 SRRF 7ª RF de 22/05/2007 – Empresa médica registrada como sociedade simples submete-se ao percentual de 32% para fins de apuração do lucro presumido.
- Resolução CGSN nº. 20 de 15/08/2007 – Comitê Gestor do Simples Nacional atualiza normas para opção, apuração e exclusão do sistema.
- Portaria 10.875-RFB de 16/08/2007 – RFB disciplina normas sobre os processos administrativos fiscais referentes às contribuições previdenciárias.

2. Governo Estadual

- Lei 8.627 de 18/09/2007 – Promotores de eventos em ambientes fechados devem orientar o público sobre procedimentos de emergência antes do início do evento.
- Lei 8.611 de 28/08/2007 – Farmácias e Drogarias devem informar aos seus clientes sobre remédios proibidos pelo Ministério da Saúde.
- Decreto 1.923-R de 20/09/2007 – Governo do ES modifica o regulamento de ICMS referente a equipamentos ECF, operações com café, conhecimento de transporte, regimes especiais, nota fiscal eletrônica e industrialização por encomenda.
- Decreto 1.922-R de 20/09/2007 – Institui novas regras para visto em notas fiscais nos postos de Mimosa do Sul e Bom Jesus do Norte.
- Decreto 1.921-R de 20/09/2007 – Estabelece novas regras para regularização das operações acobertadas por ECF quando o pagamento for efetuado com cartão de crédito.
- Decreto 1.918-R de 17/09/2007 – Estado reduz ICMS nas operações internas com água mineral.
- Convênio ICMS de 10/09/2007 – CONFAZ autoriza ES e MG a instituir programas de parcelamento de débitos fiscais.

3. Governo Municipal

- Decreto 13.466 de 09/08/2007 – Vitória regulamenta a redução do ISSQN para estabelecimentos e ensino.

4. Autarquias

- Portaria 412 MTE de 20/09/2007 – O Ministério do Trabalho e Emprego disciplina normas sobre o regime de turnos ininterruptos e revezamento.

